

## **EDMAR DE OLIVEIRA GONÇALVES: educador e construtor de memórias divididas (1966 – 1988)<sup>1</sup>**

*Rodrigo Cerqueira do Nascimento BORBA<sup>2</sup>*

### **Resumo**

O presente artigo apresenta e debate elementos da trajetória profissional de Edmar de Oliveira Gonçalves enquanto professor e diretor-geral da Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca, localizada no Rio de Janeiro. A partir do emprego de um quadro teórico voltado à compreensão de sua constituição como intelectual que participou da produção de políticas educacionais da ditadura civil-militar, a pesquisa indica diferentes disputas em torno das representações erigidas para esse ator social. Mobilizamos a triangulação de fontes históricas distintas, tais como a imprensa não pedagógica, documentos institucionais localizados no arquivo da instituição e depoimentos de ex-estudantes da escola. Dessa forma, evidenciamos o papel dúbio que Edmar Gonçalves desempenhou entre as décadas de 1960 e 1980 diante do cenário autoritário e discutimos como ele se tornou um construtor de memórias divididas.

**Palavras-chave:** Intelectual. Educação Profissional. Ditadura.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

<sup>2</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação, licenciado e bacharel em Ciências Biológicas pela UFRJ. Pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa Currículo, Docência e Cultura (CDC/UFF/CNPq), onde empreende investigações sobre Currículo e História da Educação.

E-mail: rodrigocnb@gmail.com

## **EDMAR DE OLIVEIRA GONÇALVES: teacher and split memories maker (1966 – 1988)**

*Rodrigo Cerqueira do Nascimento BORBA*

### **Abstract**

This article presents and discusses elements of Edmar de Oliveira Gonçalves's trajectory as teacher and headmaster of the Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca located in Rio de Janeiro. Activating a theoretical framework aimed at understanding his constitution as an intellectual who participated in the production of educational policies of the civil-military dictatorship, the research indicates different disputes about the representations erected for this social actor. Triangulating distinct historical sources, such as the non-pedagogical press, institutional documents located in the institution's archive and testimonials of former school students, we highlight the dubious role that Edmar Gonçalves played between the 1960s and 1980s in the authoritarian scenario and we discussed how he became a split memory maker.

**Keywords:** Intellectual. Professional education. Dictatorship.

## Introdução

Nossa narrativa se desenvolve a partir de um cenário de repressão e de ausência de constituição política democrática para a história do país que ainda precisa ser analisado, discutido e problematizado: a ditadura civil-militar brasileira (1964 - 1985)<sup>3</sup>. Nesses tempos, foram legadas duas heranças ao país: o estreitamento da simbiose Estado-capital e a incumbência à educação pública de servir como instrumento de regeneração moral do indivíduo e da sociedade (CUNHA, 2014).

Inserido nessa conjuntura, o protagonista da história que pretendemos analisar é o professor Edmar de Oliveira Gonçalves, um dos intelectuais que ajudaram a construir e implementar políticas públicas para a educação brasileira naquele momento, dentre elas a de profissionalização universal e compulsória do ensino de 2º grau, expressa na Lei n. 5.692/1971 – considerada o maior fracasso da ditadura civil-militar na área educacional (CUNHA, 2014a).

Edmar Gonçalves foi o primeiro e único diretor da Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca<sup>4</sup> (ETF-CSF), ocupando por 22 anos<sup>5</sup> a condição de diretor *pro-tempore* da instituição, que se destaca, na história do ensino profissional no Brasil, por ter sido a primeira fundada para formar professores dos quadros do ensino técnico e industrial (CARDOSO, 2000). Portanto, o objetivo desse texto é analisar sua *trajetória social* (DUBAR, 1998) de modo articulado às transformações políticas, sociais e culturais vivenciadas entre as décadas de 1960 e 1970. Assim, almejamos compreender como a influência desse personagem no cenário educacional brasileiro cresceu e se consolidou, especialmente na esfera da educação profissional.

Nossa pesquisa se embasou nos testemunhos de ex-alunos da escola, produzidos pela metodologia da história oral (DELGADO, 2011), e em documentos institucionais localizados no Setor de Arquivo do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Reportagens sobre a instituição no Jornal do Brasil, no Correio da Manhã e no Diário de Notícias também compuseram nosso *corpus documental* indicando a desenvoltura do sujeito alvo de nossa investigação nos campos político e educacional.

Em termos metodológicos, os depoimentos que mobilizamos foram produzidos e problematizados à luz das considerações de autores como Portelli (1997) e Bourdieu (2003), enquanto os procedimentos de análise documental do acervo do CEFET/RJ foram balizados pelas reflexões de Vieira *et al.* (2000) e pelo entendimento da legislação

<sup>3</sup> Assim como Luiz Antonio Cunha (2014a), entendemos que o regime ditatorial não foi orquestrado e conduzido apenas por militares, tendo existido a participação decisiva de setores civis, especialmente os ligados ao empresariado, para seu soerguimento e manutenção. Por isso, assumiremos neste texto a adjetivação *civil-militar* ao nos referirmos a esse regime.

<sup>4</sup> Hoje a instituição é denominada Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).

<sup>5</sup> Durante o curto período em que Edmar Gonçalves assumiu o Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação, Mario Celso Suarez foi seu substituto legal na direção geral da ETF-CSF (Cf. DOU, 05/12/1972).

educacional, orientado por Faria Filho (1998). Em Luca (2008) e em Campos (2012), encontramos subsídios para trabalhar com as notícias que circularam pela grande imprensa nas décadas de 1960 e 1970.

Cabe ressaltar que entendemos Edmar Gonçalves enquanto um intelectual por nos pautarmos nas reflexões de Vieira (2008, 2015), que indicam que prestígio social e poder político são características que historicamente distinguem os intelectuais que se vincularam ao campo educacional no Brasil. Ademais, no âmbito da pesquisa que empreendemos, ficou demonstrada sua capacidade de se apresentar tanto como um produtor de conhecimentos quanto como um hábil mediador social, o que, para Sirinelli (1996; 2003), ajuda a categorizá-lo como um intelectual.

Seguimos as orientações de Vieira (2008), que recomenda que os intelectuais sejam estudados a partir de suas práticas sociais, seus lugares de enunciação, suas redes de sociabilidade e seus compromissos políticos. Assim, o texto está dividido em quatro partes – excetuando-se a introdução e as considerações finais – para que sejam explorados diferentes aspectos da trajetória do professor e que possamos evidenciar a construção de memórias divididas<sup>6</sup> sobre esse personagem.

Inicialmente, abordamos a passagem de Edmar Gonçalves pela ETF-CSF desde o seu ingresso como estudante até seu estabelecimento na direção-geral da instituição. Em seguida, focalizamos a atuação do professor junto à imprensa não pedagógica, analisando sua interação com três periódicos cariocas de ampla circulação e relevância nacional. Depois, a partir de entrevistas com ex-estudantes, debruçamo-nos sob a forma como o docente se relacionava com o corpo discente. Além disso, situamos Edmar Gonçalves na arena das políticas públicas educacionais para problematizar sua participação na formulação e implementação da Lei n. 5.692/1971.

Antes de prosseguirmos, é necessário observar que, em diálogo com autores do campo da Memória Social, especialmente Michael Pollak (1989; 1992), pressupomos que a memória é uma construção, um produto fruto de uma série de ações seletivas – implícitas ou explícitas – operadas por aqueles que são legitimados para realizá-las. Durante o processo investigativo, deparamo-nos com memórias contraditórias no tocante à figura de Edmar Gonçalves e localizamos indícios de alguns silenciamentos que ajudaram a erigir e difundir determinada representação sobre o docente.

Para não nutrir um olhar “domesticado” para as realidades, compreendendo a complexidade dos sujeitos, ações e processos do passado. sem visar uma homogeneização dos mesmos, e nos esforçando para articular diferentes dimensões da realidade, conforme preconizam Silva e Lemos (2013), optamos por considerar que as memórias sobre Edmar Gonçalves são divididas ao invés de isentas de conflitos. Assim, tecemos fios que entrelaçam e tensionam diferentes lembranças, recordações e versões sobre a trajetória do professor, nem sempre convergentes.

---

<sup>6</sup> A respeito da memória dividida ver Portelli (1996).

## Ascensão institucional: de aluno “esforçado” a diretor “memorável”

Edmar de Oliveira Gonçalves foi o primeiro ex-aluno a alcançar o cargo de diretor-geral da ETF-CSF. De Barra do Piraí/RJ, aos 13 anos de idade, foi da primeira turma de estudantes que realmente iniciaram seus estudos na então Escola Técnica Nacional (ETN), no curso Industrial, em regime de semi-internato, de 1943 até 1946. Em 1947, entrou para o curso técnico de Máquinas e Motores e viveu no pensionato mantido pela escola. Em 1949, concluiu seus estudos e foi trabalhar na Comissão Brasileiro-Americanana de Educação Industrial (CBAI)<sup>7</sup>.

Dias (1973) realizou uma hagiografia<sup>8</sup> de seu diretor enquanto escrevia a primeira obra sobre a história da escola, enfatizando que, enquanto estudante da ETN, chamava a atenção de todos por seu esforço, mesmo que sua desenvoltura acadêmica não fosse excepcional. Além disso, participou da Caixa Escolar pela sua condição de carência de recursos financeiros e integrou a administração da Agremiação Estudantil Técnica Industrial (AETI), órgão fundado na primeira gestão de Celso Suckow da Fonseca para representação do corpo estudantil.

Antes de ingressar na ETN como docente do curso noturno da Seção de Máquinas, em 1951, lecionava Matemática e Desenho em estabelecimentos particulares de ensino. Em 30 de dezembro de 1963, a portaria 27, expedida pela direção da ETN, alocou Edmar Gonçalves como supervisor das oficinas da escola. Nessa função, a prática do docente “despertou o senso de responsabilidade dos discentes e deu-lhes um sentimento de autoridade perante os colegas” (DIAS, 1973, p. 204). Sempre cumulativamente ao cargo de supervisor de oficinas, exerceu a função de coordenador de disciplina em 1964 e a de coordenador de ensino em 1965. Enquanto esteve na coordenação de ensino,

iniciou sua missão promovendo mudança radical no pessoal, alterando funções [...]. Cessaram por completo abusos e deslizes. [...] O sistema de provas foi rigorosamente modificado, introduzindo normas, de sorte, que elas se processassem num clima de seriedade, capaz de elevar o nível do aproveitamento do educando; foram organizados planos de aulas os quais eram rigorosamente fiscalizados pela Coordenação do Ensino [...], porque o verdadeiro mestre sente-se prestigiado vendo que seu labor está sendo aproveitado e reconhecido pelas autoridades. Até então o sistema de provas e exercícios não primava por um critério rigorosamente honesto, fato aliás reconhecido por todos; um dos males do ensino entre nós, que em boa hora foi

<sup>7</sup> Cabe um esclarecimento colocado por Cunha e Falcão (2009): a CBAI esteve à frente de cursos, visitas técnicas e publicações para professores e diretores das escolas industriais federais, protagonizando a instauração de padrões educacionais escolanovistas e difundindo o método, inspirado no Taylorismo, de treinamento em serviço (TWI – “training within industry”). A ideologia da CBAI endossou a orientação dos educadores liberais de fundir os currículos das escolas industriais ao das escolas secundárias, tendo em vista que os conteúdos propriamente profissionais do ensino industrial foram paulatinamente esvaziados e introduzidos no ensino secundário. Todavia, os autores supracitados discutem que a CBAI não foi uma mera imposição norte-americana mas sim o resultado da receptividade e da busca de orientação dentro do modelo escolar dos EUA por parte do governo brasileiro e de docentes da educação técnico-profissional.

<sup>8</sup> Os registros biográficos sobre Edmar de Oliveira Gonçalves presentes no Estudo Documentário e Histórico sobre a Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca são tão laudatórios e monumentalizados (LE GOFF, 1997) que o termo hagiografia é o mais coerente.

posto de lado na Escola, senão de todo banido. Os exames são a expressão da verdade e hoje são os próprios discentes que louvam nosso critério. (DIAS, 1973, p. 208).

O referido autor ressalta que, antes de 1965, havia intensos problemas nos processos avaliativos dentro da escola e coloca em xeque a índole e a idoneidade de professores, de funcionários e de estudantes. No entanto, desde 1959, a ETN tinha mais autonomia administrativo-pedagógica e Celso Suckow da Fonseca, engenheiro-educador que se tornaria patrono da escola após seu falecimento, estivera à frente dela a partir de 1960. Diante do registro *monumentalizado* (LE GOFF, 1997) de Dias (1973), em prol do diretor-geral da escola e de seu posicionamento político-ideológico alinhado ao regime político da época, devemos atentar para a parcialidade dessa fonte.

Ademais, Dias (1973) em nenhum momento menciona contradições e problemas prévios nas centenas de páginas de seu *documento/monumento* (LE GOFF, 1997) sobre a história da escola. Será que a mudança no cenário político-ideológico dominante no país influenciou de algum modo essa percepção da direção da escola? Por isso, convém ressaltar que as memórias individuais e coletivas carregam valores disputados e forjados em conflitos sociais (POLLAK, 1992).

Essa cautela relacionada ao trabalho com memórias também precisa ser exercitada para uma compreensão crítica do processo que culminou na chegada de Edmar Gonçalves à direção da ETF-CSF. Afinal, Emi Bulhões de Carvalho da Fonseca, escritora e viúva de Celso Suckow da Fonseca, teria afirmado que o marido lhe confidenciou o nome de Gonçalves para substituí-lo caso não retornasse da viagem ao Estados Unidos, onde seu falecimento aconteceu.

De acordo com Dias (1973), coube a César Cantanhede, então presidente do Conselho de Representantes da escola, a incumbência de indicar Edmar Gonçalves para o cargo de diretor-geral a fim de atender o que seria o último desejo de Celso Suckow. Segundo o autor mencionado, a afinidade entre Celso e Edmar permitiria que o segundo conhecesse bem os projetos e ideais do primeiro, o que gerou essa predileção e resultou em sua nomeação.

Porém, diante de um contexto ditatorial, e tendo em vista que a ETF-CSF era uma prestigiada instituição federal de ensino, é conveniente que indaguemos o quanto as decisões sobre os rumos da escola de fato eram livres de pressões e determinações advindas de outras instâncias e espaços de decisão. Frente aos indícios encontrados nos discursos produzidos em meio àquela conjuntura, parece que um trabalho de *enquadramento da memória* (POLLAK, 1989, 1992) esteve em curso para notabilizar Edmar Gonçalves como o sucessor “natural” e “predestinado” ao cargo.

De acordo com Pollak (1989), esse processo de *enquadramento da memória* conta com atores e instituições – como a imprensa – que miram o controle da memória a partir da escolha e da autorização de testemunhas que possam produzir discursos e representações importantes para a perenidade do tecido e das estruturas sociais. Assim, memórias coletivas

impostas se tornam aglutinadoras e asseguram certa estabilidade a determinados personagens. Destarte, quando a memória sobrevive ao desaparecimento de um personagem, ou grupo social, este em geral assume a forma de um mito, o que aconteceu com Celso Suckow da Fonseca e, de modo menos intenso, com Edmar Gonçalves, ainda hoje lembrado por muitos na escola como um grande gestor.

### **Edmar Gonçalves e a imprensa: debates e embates**

Conforme explicitado anteriormente, *batalhas de memórias* (POLLAK, 1989) em torno da trajetória profissional de Edmar Gonçalves estão postas, por isso nos remetemos também a um dos muitos sujeitos da história que se incumbem de registrar, explicar, discutir e comentar a sociedade e os elementos que a compõe: a imprensa não pedagógica (CAMPOS, 2012).

Como fonte, para respaldar as análises, utilizamos jornais<sup>9</sup> para a construção desta seção, principalmente o Jornal do Brasil, para tentarmos produzir uma história sobre a atuação de Edmar Gonçalves na ETF-CSF por meio de informações que eram veiculadas na mídia e circulavam com boa amplitude pela sociedade. A ênfase dada às informações presentes no Jornal do Brasil veio do reconhecimento da importância nacional do periódico que, de acordo com Fonseca (2008), foi um grande jornal brasileiro do século XX, permanentemente influenciado por fatores sociais, políticos, econômicos e tecnológicos.

A opção pela utilização de jornais como fonte para a pesquisa histórica foi feita com a consciência de que diferentes grupos sociais atuam para serem representados na imprensa e penetrarem em espaços domésticos e coletivos de sociabilidade enquanto “opinião pública” (CAMPOS, 2012). Ademais, assim como Luca (2008), entendemos a importância de saber o que circulava nos impressos da época, já que os veículos de comunicação em massa registram lances e embates na arena do poder por meio das hesitações, ambiguidades, erros e ligações a diferentes personalidades e interesses que podem ser percebidos de acordo com as conjunturas. Compreendemos, portanto, os jornais como

<sup>9</sup> Pesquisamos notícias sobre a ETF-CSF no Jornal do Brasil, no Correio da Manhã e no Diário de Notícias nas edições que circularam no Rio de Janeiro entre os anos de 1967 e 1979, devido ao recorte da pesquisa empreendida. O Jornal do Brasil é um jornal carioca, diário e matutino, existente desde 1891. Ao longo da ditadura civil-militar, deu indícios de apoio ao regime, por mais que algumas críticas pontuais e direcionadas a determinados personagens tenham sido feitas, dentro dos limites impostos pela censura. Em geral, o veículo defendia a iniciativa privada, a lógica liberal e posicionava-se de forma conservadora, ligada particularmente ao pensamento católico (FERREIRA; MONTALVÃO, s/a). O Diário de Notícias foi um jornal carioca, diário e matutino, que circulou de 1930 a 1974. Inicialmente, apoiou o movimento empresarial-militar de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart, mas distanciou-se do regime instaurado pós-golpe e aproximou-se da oposição, entrando em processo de decadência até seu fechamento (FERREIRA, s/a). Já O Correio da Manhã foi um jornal carioca, diário e matutino, fundado em 1901 e extinto em 1974. Inicialmente defensor do regime pós-golpe de 1964, após o Ato Institucional nº 1 o veículo passou a se posicionar contrariamente à ditadura, fazendo denúncias e expondo comportamentos autoritários do governo. Essa mudança de postura provocou a perda de significativos patrocinadores simpatizantes do regime, o que disparou uma crise financeira. Atentados a sua sede, prisões de diretores e censura prévia também fizeram parte da história desse impresso antes que o agravamento de sua crise se acentuasse até o seu fim (LEAL, s/a).

artefatos culturais, nos quais é importante atentar para as representações polissêmicas (re)construídas pela imprensa em relação à escola, à profissão docente e ao campo educacional, tendo em vista que os periódicos são veículos educativos ao mesmo tempo em que são meios de ocupação da esfera pública (CAMPOS, 2012).

Exercitando essa advertência metodológica, miramos uma percepção recorrente nas matérias sobre a ETF-CSF: sob a regência de Edmar Gonçalves, a instituição expandia de forma vultosa seu número de vagas para o ensino técnico. Atento às informações veiculadas nos jornais sobre a instituição que dirigia, tinha a preocupação de manter-se em diálogo com eles. Por exemplo, diante da baixa procura por vagas na ETF-CSF, percebida e noticiada no final de 1960, o docente justificou publicamente tal fenômeno, também nos jornais, alegando que a “sensível redução” no número de candidatos fora um desdobramento da implantação do segundo ciclo do ensino secundário em muitos colégios públicos estaduais e da preferência dos estudantes pelos cursos clássico e científico em detrimento do técnico<sup>10</sup>.

Em outro momento, encontramos mais um indício que reforçou nossa percepção de que o diretor acompanhava atentamente as notícias que circulavam sobre a escola e, consequentemente, também contribuíam para erigir determinadas representações sobre sua gestão. Dessa vez, o tom de sua intervenção no jornal foi menos amistoso; queixou-se, no Jornal do Brasil, de uma notícia veiculada em 30 de abril de 1969, na qual constava que Luis Carlos Lousada Teixeira, assassino do poeta Décio Escobar, seria estudante da escola. Esse tipo de equívoco, tido como ultrajante para a boa reputação da instituição, precisaria ser reparado a pedido do diretor (JORNAL DO BRASIL, 12/05/1969, p. 6).

O controle exercido pelo docente sobre as informações que circulavam na grande imprensa, justamente em um período de censura explícita a periódicos e mídias, feita com a chancela do governo ditatorial, ficou ainda mais evidente quando O Diário de Notícias (07/07/1970, p. 7) publicou que o professor enviara uma carta à redação elogiando o modo como a instituição fora apresentada em uma reportagem veiculada dias antes. O mesmo jornal, anos depois, precisou publicar uma matéria desmentindo uma reportagem que afirmava a existência de problemas nas oficinas e laboratórios da ETF-CSF. O diretor exigiu uma retratação e sugeriu aos jornalistas que visitassem à escola para que se capacitassem e, assim, trabalhassem com sensatez e divulgassem a verdade (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/02/1976, p. 7).

Mais um caso interessante de imbróglio provocado por uma reportagem pôde ser apreendido no arquivo confidencial do diretor da escola, assim como a resposta dele. O ocorrido está exposto em um relatório do inspetor Nilton Stelin – que concorreu para o ingresso no serviço público federal como agente de polícia (DOU, 12/05/1955, p. 40) – a Edmar Gonçalves. No texto é debatido que um erro do jornal *Última Hora*, publicado em

---

<sup>10</sup> Cf .CORREIO DA MANHÃ, 01/12/1969, p. 14.

23/09/1970, disseminou a informação de que um aluno da escola, Fernando Quintas do Paço, do curso de Máquinas e Motores, seria usuário de entorpecentes.

Indignado com a repercussão da notícia, ação formalmente, através do ofício nº 512 de 17/09/1970, o juizado de menores solicitando providências cabíveis contra o jornal para reparar o equívoco (ETF-CSF, 1970a). Em outro ofício, nº 513 de 17/09/1970, Edmar Gonçalves se dirigiu ao diretor do *Última Hora* pedindo que a notícia fosse desmentida (ETF-CSF, 1970b). Não bastasse açãoar um juiz e a redação do jornal, também encaminhou um ofício, nº 514 de 17/09/1970, ao diretor do Serviço de Segurança e Informação reclamando do ocorrido (ETF-CSF, 1970c). O juiz de menores ouviu o depoimento do estudante e o jornal publicou uma errata, aparentemente encerrando a discussão.

A influência do diretor e de suas redes de sociabilidade nos jornais se tornou tão notória que um torneio esportivo, entre estudantes da ETF-CSF e militares da aeronáutica, batizado de “Troféu Edmar de Oliveira Gonçalves”, foi realizado e divulgado pela imprensa em 1969. As partidas ocorreram no Campo dos Afonsos, em um espaço cedido pelo brigadeiro-do-ar Geraldo Lobert Lebre, então comandante da Academia da Força Aérea (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29/10/1969, p. 11). No entanto, se os jornais contribuíram para oficializar e hegemonizar certa unanimidade em torno das memórias sobre a atuação do docente, os testemunhos de discentes que estudaram na instituição em diferentes momentos de sua gestão nos ajudam a interpelar e problematizar esse entendimento.

### **Edmar Gonçalves e os estudantes: memórias divididas**

Lembranças de alunos egressos da ETF-CSF, relacionadas a Edmar Gonçalves, constituem verdadeiras *batalhas da memória* (POLLAK, 1989). Por isso, retomar uma impressão de Dias (1973) sobre a ação do professor antes dele assumir o leme da escola é importante para que entendamos o caráter controverso em torno de como estudantes o rememoram. Segundo o autor, o docente desempenhou a função de coordenador de disciplina entre 1964 e 1965, quando

[...] a juventude em geral sentia o reflexo do ambiente dominante no País, de insegurança social, promovida por elementos estrangeiros infiltrados principalmente no meio da mocidade estudantil; o clima de intransquilidade geral. Os discentes, uns pela própria imaturidade e outros por fatores vários, não estavam alheios à propaganda aliciadora, subversiva, de falsos profetas; encontravam-se mesmo no meio dos nossos estudantes tipos ousados tentando promover arruaças no recinto da Escola, choques com os mestres, agressivos mesmo contra qualquer medida regulamentar, reclamando de tudo e por tudo. Enfim, a situação era de completa intransquilidade, o que fazia com que a diretoria já tivesse sido alertada pelas autoridades superiores encarregadas da segurança. (DIAS, 1973, p. 205).

Nesse posto de coordenador de disciplina, ficou conhecido por “práticas que iniciaram uma nova filosofia no tratamento dos educandos, produzindo efeitos surpreendentes” (DIAS, 1973, p. 205): não admitir, de modo algum, propagandas políticas, coibir queixas tidas como injustas, registrar quaisquer ocorrências ou penalidades disciplinares em um cadastro geral de alunos e aplicar rigorosamente o Código de Disciplina da Escola em caso de atos ou palavras contrárias a inspetores ou professores. Nesse momento, de acordo com Dias (1973), a escola entrou em um período de “paz e perfeita serenidade” mesmo no cenário conturbado em que se encontrava o país.

Por outro lado, ainda segundo Dias (1973), o professor era amigo do corpo discente e dava diversas provas de sua compreensão em relação aos anseios da juventude brasileira. José Cláudio Teixeira (2016), estudante do curso técnico de Máquinas e Motores (Mecânica) da ETF-CSF entre 1967 e 1969<sup>11</sup>, em depoimento, corroborou essa percepção ao afirmar que ele era

[...] ótimo! Era uma figura... “Vaselina”, né? Essa é a palavra... O Edmar sabia conviver com tudo. Convivia muito bem! **Ele tinha um apoio militar muito forte porque ele era muito amigo do Jarbas Passarinho, então ele tinha uma base de sustentação forte.** Era muito reconhecido porque foi sempre muito trabalhador. [grifo nosso] (p. 3).

Um entendimento distinto foi enunciado por Carlos Alvarez Maia, aluno do curso técnico de Eletrônica da ETF-CSF de 1965 até 1968<sup>12</sup>:

[Era] um cara progressista. Fui bem perto do Edmar. O Edmar era um menino que cresceu ali dentro da escola. Muito conhecido lá, ele foi crescendo. Ele era muito habilidoso, muito inteligente, e se transformou em coordenador. O coordenador era o faz tudo. Quando o Celso morreu, o Edmar tinha certa ascendência de conhecimento, de perfil, do que era escola, como funcionava... **Aí o Edmar subiu, aí evidente que compromete, porque ele mudou de função, né? Eu conheci o Edmar como coordenador, ele era uma pessoa e depois foi outra. Ele ganhou um status monumental, né?** Provavelmente, o trabalho dele sempre foi ali [na ETF-CSF]. Ele ganhou uma casa pra morar ali [grifo nosso] (MAIA, 2016, p. 8).

Durante sua gestão como coordenador de disciplina, a escola teria passado por um período de bonança, apesar das agitações políticas que sacudiram a sociedade, talvez porque, conforme informa Dias (1973), ele esclarecesse com solicitude quaisquer tipos de dúvidas das autoridades do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Tal desejo de cooperar com as autoridades policiais foi mantido quando passou ao cargo de diretor-geral da ETF-CSF. Vimos, por exemplo, que, em 1971, a direção da escola estava entre as que mais realizavam denúncias de alunos

<sup>11</sup> Ao final de sua formação na escola, José Cláudio Teixeira foi convidado para compor o quadro docente da instituição, onde continua até hoje. Atualmente, ocupa o cargo de chefe do Departamento de Ensino Médio e Técnico do CEFET/RJ.

<sup>12</sup> Carlos Maia era ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) enquanto estudava na escola e foi diretor da AETI no ano de 1967. Foi preso e torturado pela Polícia do Exército, em 1972, por conta de sua militância na época em que estudou na ETF-CSF.

usuários de maconha em todo o Rio de Janeiro (JORNAL DO BRASIL, 29 de junho de 1971, p. 18).

Ao ressaltar a perspectiva de que a instituição era um espaço para vigilância, controle e regulação de práticas e manifestações estudantis, Virgínia Fontes (2016), estudante do curso técnico de Eletrônica entre 1970 e 1972<sup>13</sup>, pondera que sua lembrança sobre o diretor da ETF-CSF é negativa mais por conta da ação dos inspetores que estavam sob seu comando do que por atitudes dele que tenha testemunhado:

Minha lembrança dele [Edmar Gonçalves] é ruim, mas eu nunca tive contato próximo com ele. Ele era o chefe do Descartes [da Costa Lima]. No fundo, pra mim ele era o chefe do Descartes. Ele mandava o Descartes fazer aquelas coisas e se não mandava, aceitava. Então eu tinha horror dele, mas não tinha nenhum contato com ele. Ele provavelmente me chamou uma ou duas vezes no gabinete dele, eu não me lembro bem pra quê. **Mas ele é a figura, na minha cabeça, do diretor daquela central penitenciária produtora de capatazia subalterna** [grifos nossos] (FONTES, 2016, p. 9).

Descartes da Costa Lima à época era chefe da disciplina na ETF-CSF, mas participava de uma série de ações de repressão a manifestações estudantis na instituição desde 1968. Zuleide Silveira<sup>14</sup> (2016), aluna do curso técnico de Eletrotécnica da ETF de 1973 até 1976, também aponta que Edmar Gonçalves parecia uma figura mais cordial do que outros componentes de sua equipe. Sobre o vice-diretor da ETF-CSF, obtivemos a seguinte impressão:

O vice-diretor na época era bem ditador, muito mais que um militar. Falava muito bem, porque era alguém ligado às Letras e ao Direito. Ex-aluno ele não tinha sido. Eu não lembro de alguém ter falado que ele tivesse estudado lá, até por conta dessa formação que era mais humanística. Não consigo lembrar o nome dele [Walter de Toledo Piza que, antes de tornar-se vice-diretor da Escola, dirigiu o INEP de 1966 até 1972], mas era um terror também. Era vice-diretor e ele chamava os alunos ao gabinete dele, que era bem colado ao do Edmar, e não era fácil não (SILVEIRA, 2016, p. 7).

É importante perceber que a memória se relaciona com tradições herdadas pelos sujeitos e também por sentimentos profundos que surgem independentemente de suas vontades, fazendo com que suas reminiscências e impressões possam vir à tona de forma repentina e inusitada ao mesmo tempo em que refletem questões identitárias e vivências dos sujeitos (POLLAK, 1992; ARAUJO E SANTOS, 2007).

<sup>13</sup> Virgínia Fontes foi filiada ao PCB enquanto estudava na ETF-CSF e, apesar do grêmio estudantil ter sido fechado antes de sua passagem pela escola, foi uma articuladora de movimentos de resistência ao regime. Hoje é docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

<sup>14</sup> Zuleide Silveira, pouco tempo após ter se formado, foi convidada a fazer parte do quadro docente da instituição, onde permaneceu até se aposentar. Atualmente é professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

Contrapondo-se às visões de Fontes (2016) e de Silveira (2016), temos o relato de Vera Lucia Correia<sup>15</sup> (2016), discente do curso técnico de Eletrônica de 1974 até 1977. Esta apresenta uma lembrança mais próxima do perfil erigido na narrativa *monumentalizada* (LE GOFF, 1997) por Dias (1973), o que evidencia como as memórias individuais revelam a complexidade das interações sociais vivenciadas por cada sujeito (ARAUJO E SANTOS, 2007):

Quando eu precisei do diretor pessoa, que foi pra mudança do meu curso, ele me recebeu. Aí conversei, contei minha história, que eu gostaria muito [de ser transferida de curso], que já foi uma vitória pra mim ter conseguido entrar e que eu queria mudar de curso, se ele achava que podia pelos pontos que eu fiz e tal. E ele falou: “Eu vou mudar você de curso. Tem vaga e você já é da escola, é mais fácil, você já tá aqui e sempre tem um jeitinho, né? Alguns são classificados e não ficam. Então você vai mudar pra Eletrônica.” Nem acreditava, né? **O diretor me recebeu, uma reles aluna que acabou de entrar, e me recebeu muito bem. Me ouviu, me atendeu e se disponibilizou pra qualquer coisa, “a direção tá aqui!”** Então, assim, uma pessoa muito humana. E muito capaz, porque eu não tenho o que dizer da época que eu passei ali, dos três anos, dessa parte estrutural da escola. **Então eu só tenho a elogiar ele como diretor** [grifos nossos] (CORREIA, 2016, p. 4).

Essa fala nos permite conjecturar que não há nem verdade histórica nem memória espontânea, pois não há nada natural nos processos de reconstrução do passado (ARAUJO E SANTOS, 2007). Afinal, a consciência biográfica e a história do presente são elementos decisivos no processo mnemônico, como nos advertem Bourdieu (2003) e Portelli (1997).

Todavia, por meio da análise da história da ETF-CSF e das redes de sociabilidade de seu diretor-geral, conseguimos também vislumbrar possibilidades para o destaque assumido pela escola em meio às políticas educacionais implementadas durante o regime autoritário. A proximidade do diretor com os militares da Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>16</sup>, relatada por Zuleide Silveira (2016), dá pistas dos ambientes pelos quais circulava:

[...] o Diretor da Escola, um tipo bonachão, frequentava, permanentemente, a Escola Superior de Guerra, bem como recebia visitas. Visitas creio que da Escola Superior de Guerra, mas também do pessoal ligado ao MEC [Ministério da Educação e Cultura]. Vinha gente importante de outros lugares e no gabinete dele havia uma mesa muito comprida e ali eles ficavam horas, trocando informações, debatendo coisas que a gente não sabia muito. (SILVEIRA, 2016, p. 1).

Essa informação é importante porque, em sintonia com Cunha (2014a), reforça a percepção de que não havia uma oposição direta entre o mundo civil e o militar, o que

<sup>15</sup> Vera Correia teve uma trajetória escolar que pode ser tida como exemplar na ETF-CSF, inclusive com atuação em monitorias de diferentes disciplinas ao longo do 2º grau. Atuou como professora de Matemática nas redes públicas de ensino municipal e estadual do Rio de Janeiro, hoje está aposentada.

<sup>16</sup> A relação de Edmar Gonçalves com militares da ESG nos parece ser relevante para compreendermos um dos porquês do combate empreendido às atividades tidas como “subversivas” na escola ao final de década de 1960, com posterior arrefecimento das iniciativas de insubordinação dentro da instituição nos anos 1970.

permitia inclusive que diferentes grupos de interesses procurassem influenciar o Ministério da Educação (MEC) ao costurar alianças com a alta oficialidade. Ademais, a ESG foi o local a partir do qual se disseminou a corrente ideológica que defendia a inclusão de valores morais e espirituais na formação dos estudantes brasileiros. Tal proposta culminou na entrada da disciplina Educação Moral e Cívica nos currículos escolares e da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros nas grades universitárias, projetos propriamente dos militares para a área educacional (CUNHA, 2012; 2014a).

### **Edmar Gonçalves e o governo: formulador de políticas educacionais**

O período de maior inflexão da ditadura civil-militar<sup>17</sup> (1968-1974) foi também o momento mais profícuo da carreira de Edmar Gonçalves. Em 1969, o professor provavelmente realizou um curso de administração educacional com duração de um mês na Universidade de Michigan (CORREIO DA MANHÃ, 06/12/1968, p. 3) e, de acordo com Dias (1973), recebeu a medalha “Mérito Tamandaré”, distinção destinada a autoridades ou instituições que tenham prestado relevantes serviços para divulgar e fortalecer as tradições da Marinha Brasileira (BRASIL, 1986).

A medalha “Mérito de Segurança do Trabalho” e o diploma “Amigo da Marinha” também foram outorgados ao professor, respectivamente em 1970 e em 1971. Na imprensa não pedagógica, foi possível apreender reflexos dessa aproximação do docente com a Marinha do Brasil ao localizarmos que alunos da escola, por exemplo, visitaram a Fábrica de Artilharia da Marinha e participaram de palestras sobre as atividades dessa Força Armada (JORNAL DO BRASIL, 07/06/1972, p. 3).

Além disso, em 1972, Edmar Gonçalves recebeu o grau de Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito Educativo, concedido pelo presidente general Emílio Médici e pelo coronel Ministro da Educação Jarbas Passarinho (DOU, 24/11/1972). Não obstante, também passou a ser diretor-geral do Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação (DEM/MEC) (JORNAL DO BRASIL, 08/11/1972, p. 15; 11/11/1972, p. 13), onde ficou até 1974 (DOU de 07/08/1973, 19/10/1973 e 28/01/1974). Segundo Silveira (2016):

Na realidade, era acúmulo de função. Ele fazia as duas coisas. Esse departamento do MEC não era em Brasília, acho que era pelo estado da Guanabara. Ele tanto era diretor da Escola Técnica Celso Suckow da Fonseca quanto da Escola Técnica Federal de Química, porque funcionava dentro do nosso espaço. A Federal de Química em algum momento perdeu seu espaço e, ali, ele abriu um espaço. Aí acumulava essa função de diretor das duas escolas. E também tinha esse cargo [no Ministério da Educação]. (SILVEIRA, 2016, p. 16).

---

<sup>17</sup> Entendemos como momento crítico da ditadura civil-militar o período de tempo que se estendeu de 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5 pelo general Costa e Silva, até 1974, com o fim do governo do general Médici e início do mandato do presidente Geisel, quando se iniciou o chamado “período de distensão política”.

No DEM/MEC, Edmar Gonçalves era um dos membros da comissão de administração do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio e Superior de Curta Duração (PRODEM), que contava em sua equipe com mais dois docentes da ETF-CSF, Carlos Magno Pereira e Osvaldo Vieira Nascimento (BRANDÃO, 2009; SILVEIRA, 2010). O PRODEM foi criado, em 1971, como resultado de convênios internacionais de cooperação técnica firmados ao longo da ditadura civil-militar, de modo especial os acordos MEC-BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e MEC-USAID<sup>18</sup> (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) (SILVEIRA, 2010a). Segundo Brandão (2009a), o PRODEM tratava simultaneamente, em seu projeto, do ensino profissional médio e do curso superior de Engenharia de Operação.

No ano de 1972, foi nomeado membro da Comissão Supervisora da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus pelo Secretário de Educação e Cultura do Estado da Guanabara (JORNAL DO BRASIL, 25 de maio de 1972, p. 20) e foi admitido como sócio efetivo da Associação Brasileira de Educação em 1973 (CORREIO DA MANHÃ, 02 de outubro de 1973, p. 10). Quase uma década depois, em 1981, o docente ainda desfrutava de reconhecimento público e recebeu o título de cidadão honorário do município do Rio de Janeiro (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 1981). Tais elementos evidenciam o quanto, durante o regime civil-militar, o docente gozou de prestígio conferido por autoridades civis e militares.

Cunha (2014) afirma que naquele momento as escolas técnicas industriais foram reconhecidas pela qualidade de seus cursos, que levavam os egressos à empregabilidade e ao sucesso nos exames vestibulares. Porém, Silveira (2016) acrescenta que a gestão de Edmar Gonçalves não era satisfatória de forma unânime dentre docentes da ETF-CSF, uma vez que havia professores que se preocupavam com os rumos que a instituição estava tomando:

Com relação à direção, havia crítica, é claro, né? Falavam algo que não era bom. Que era um diretor *pro tempore*, mas que nunca saía por conta do próprio regime, entendeu? Então é um aparelhamento mesmo da Escola porque ela sempre esteve voltada para os interesses do Estado e, particularmente, naquele momento desenvolvimentista, ela precisava dar resposta à entrada do capital internacional. Era nesse sentido. Mas não se entrava muito nesses detalhes, mais ligados realmente à ética. (SILVEIRA, 2016, p.1 e 7).

Apesar das resistências internas, explícitas ou não, o tipo de formação técnica oferecida pela ETF-CSF era festejado por muitos como o melhor caminho a ser adotado

<sup>18</sup> Segundo Cunha (2014), a *United States Agency for International Development* (USAID) foi uma agência norte-americana, alinhada ideologicamente ao governo ditatorial brasileiro, que fomentou, através de incentivos financeiros e de assistência técnica, mudanças na estrutura educacional do Brasil ao promover uma noção de educação intensamente voltada para o trabalho e para a profissionalização do ensino. Lira (2010) afirma que, em linhas gerais, os acordos MEC-USAID orientavam para a “americanização” do ensino, o que suscitou protestos de docentes e discentes e marcou o debate educacional dos anos 1960.

para aperfeiçoar a educação do país. Por isso, em novembro de 1970, o diretor-geral da escola foi convidado para palestrar sobre o ensino técnico profissional em um seminário que debateu as relações entre educação e trabalho.

No evento, participaram nomes influentes no regime: João Paulo dos Reis Veloso (Ministro do Planejamento), Raimundo Muniz de Aragão (Presidente do Conselho Federal de Educação e ex-Ministro da Educação), coronel Mauro Rodrigues (Secretário-geral do Ministério da Educação), Padre José Vasconcellos (do Conselho Federal de Educação), Professora Edilia Coelho Garcia (Presidente do Sindicato dos proprietários de estabelecimentos de ensino), entre outros (CORREIO DA MANHÃ, 19/11/1970, p. 11).

Segundo o jornal Correio da Manhã (26/11/1970, p. 3), o seminário tratou do anteprojeto da reforma que viria a ser implementada pela Lei n. 5.692/1971, futuramente denominada Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus. De acordo com o mesmo veículo de comunicação, Edmar Gonçalves teria definido o tipo de ensino oferecido na ETF-CSF como a “mola mestra” para a economia brasileira se desenvolver, desde que o mesmo fosse cursado pelos “mais bem dotados intelectual e vocacionalmente” e se consolidasse como uma ação conjunta do governo com os empresários. Além disso, o ensino técnico profissional não deveria desumanizar a formação dos estudantes (CORREIO DA MANHÃ, 05/12/1970, p. 9).

Apesar das críticas ao tecnicismo vigentes hoje, naquele momento, para as correntes dentro do MEC alinhadas à ESG, a reforma do ensino de 1º e 2º graus, determinada pela Lei nº. 5.692/1971, permitiria a construção de um elo entre a escola e o trabalho, fazendo com que a profissionalização fosse a ponte entre educação e desenvolvimento e resultasse na solução para a maioria dos problemas da educação brasileira (CUNHA, 2012).

De acordo com Cunha (2014, 2014a), a Lei n. 5.692/1971 foi uma das políticas educacionais da ditadura civil-militar mais importantes ao instaurar o caráter profissional universal e compulsório no ensino de 2º grau, quando fundiu o ensino secundário, o ensino normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o ensino agrotécnico. A extinção dos cursos propedêuticos não teria mais espaço frente uma educação destinada a formar técnicos e auxiliares técnicos, orientada para conferir uma habilitação profissional a seus concluintes.

A reforma do ensino de 1º e 2º graus almejava combater a frustração dos estudantes que buscavam o Ensino Superior para se qualificarem profissionalmente e encontravam dificuldades de acesso devido à quantidade insuficiente de vagas. Contudo, tal política educacional não derivou de uma necessidadeposta pelo sistema produtivo tampouco dialogava com a lógica dos próprios sistemas educacionais existentes (CUNHA, 2014). Deste modo, junto com a extinção do exame de admissão, com o fim dos grupos escolares e com a união do antigo primário ao antigo ginásio, que originou o curso de 1º grau com oito

anos de duração, foi institucionalizada uma visão produtivista de educação que vigora até o presente momento (SAVIANI, 2008)

Embora essa inédita política de profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau possa ser considerada o grande fracasso da ditadura no campo educacional (CUNHA, 2014; 2014a), Edmar Gonçalves foi um dos seus aguerridos defensores. Em artigo publicado na revista da Operação Mauá (OPEMA), localizado no arquivo escolar<sup>19</sup>, mobilizou dados da ETF-CSF para defender a fusão dos ramos do 2º ciclo do então ensino médio de modo a findar a formação exclusivamente propedêutica e obrigar a oferta de cursos profissionalizantes por todas as instituições escolares do país. A argumentação era pautada no sucesso dos alunos da escola, preparados para o mercado de trabalho e formados já com habilitação profissional, apesar da flagrante incongruência do projeto (CUNHA, 2014). Tal publicação foi editada pela gráfica da própria ETF-CSF e amplamente distribuída pelo professor em diversas oportunidades (CORREIO DA MANHÃ, 02/08/1972, p. 2).

É interessante notar que Cunha (2014a) argumenta que os militares brasileiros possuíam uma tendência estatista espontânea, mas que políticas educacionais privatistas foram formuladas e implementadas por influentes grupos de apoiadores diretos do golpe de 1964 e do prosseguimento do regime. Podemos perceber a simbiose Estado-capital também atravessando a história da ETF-CSF na década de 1970: no fim de 1969, já circulava a notícia de que a escola ofereceria seus laboratórios e equipamentos para que empresas utilizassem com a chancela do diretor-geral (CORREIO DA MANHÃ, 01/12/1969, p. 14).

Em 1972, antes mesmo de ser nomeado para a diretoria do DEM/MEC, Edmar Gonçalves criou laboratórios móveis com auxílio de alunos da própria ETF-CSF para atender escolas particulares que não dispunham de estrutura para fornecer aulas práticas de ensino técnico. Segundo a reportagem, teria feito essa proposta como uma alternativa para que as instituições particulares de ensino não precisassem investir “quantias vultuosas com riscos de prejuízos” (JORNAL DO BRASIL, 04/08/1972, p. 14).

No ano seguinte, já na condição de diretor do DEM/MEC, defendeu a criação de Centros Interescolares para solucionar problemas na implementação da Lei n. 5.692/1971 e afirmou que a ETF-CSF seria a base definitiva para um desses Centros, que congregaria estudantes de escolas públicas e particulares. A instituição, dirigida por ele, disponibilizaria laboratórios, oficinas e equipamentos para uso comum das demais escolas conveniadas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31/01/1973, p. 1).

O Correio da Manhã (28/07/1973, p. 2) noticiou que, enquanto um dos idealizadores dos Centros Escolares, Edmar Gonçalves participou da negociação de empréstimos

<sup>19</sup> Reforçamos que os documentos do arquivo confidencial de Edmar Gonçalves encontrados na escola ainda não estavam catalogados no arquivo escolar e, muitas vezes, não apresentavam informações claras em relação à data, natureza e/ou autoria.

financeiros junto a organismos internacionais para viabilizar a implantação de tais aparatos. O docente considerava a possibilidade de que a “capacidade ociosa das escolas técnicas”, como a ETF-CSF, poderia ser aproveitada por escolas particulares com dificuldades para ofertar cursos técnicos.

Pouco tempo antes, ao participar de um simpósio para a discussão do assunto, o professor já havia expressado preocupação sobre como a iniciativa privada implementaria o então ensino profissionalizante. O evento contou com a participação de diferentes figuras e entidades interessadas pela temática, dentre as quais destacamos o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular (professor Aquiles de Almeida Barreto), o presidente da Associação de Educação Católica (padre Vicente Adamo) e uma representante dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, que já havia presidido o Sindicato dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino (professora Edilia Coelho Garcia) (JORNAL DO BRASIL, 26/06/1973, p. 27).

Aliás, ressaltamos que tais Conselhos de Educação eram cada vez mais influenciados pelos empresários do ensino e permeados por ideias privatistas (CUNHA, 2014a), afinal os defensores do ensino público gratuito foram sendo substituídos nesses espaços e nas direções dos sistemas educacionais pelos interessados em que o subsídio do Estado às escolas particulares fosse uma prática hegemônica (CUNHA E GÓES, 2002). Nesse simpósio, Edmar Gonçalves aproveitou sua palestra para anunciar que o MEC prestaria ajuda técnica e financeira a partir da concessão de bolsas de estudo às escolas particulares (JORNAL DO BRASIL, 28/06/1973, capa).

Tal iniciativa é mais uma evidência de que, no período, foi consolidado um sistema de transferência de recursos públicos, pautado na oferta de bolsas de estudos, para o setor privado de ensino (CUNHA E GÓES, 2002). Em um balanço realizado para o Jornal do Brasil a respeito de seu primeiro ano de mandato no DEM/MEC, Edmar Gonçalves argumentou que as parcerias firmadas entre o MEC e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) possibilitaram que fossem superadas as dificuldades iniciais para a implementação da Lei n. 5.692/1971 (JORNAL DO BRASIL, 02/12/1973, p. 59).

Mesmo após ter sido desligado do DEM/MEC, o então diretor da ETF-CSF prosseguiu como uma figura influente nessa questão, a ponto de ter sido integrante de uma comissão de reestruturação do vestibular unificado da CESGRANRIO. A equipe visava alterar o perfil do pleito para que fossem abarcadas as diretrizes para o ensino profissionalizante (JORNAL DO BRASIL, 03/05/1974, p. 20).

A propósito, apesar de sua trajetória como docente do ensino técnico e de sua experiência no DEM/MEC, no início de 1975, era apresentado como supervisor de cursos de especialização da Associação Universitária Santa Úrsula, instituição particular do Rio de

Janeiro; em anúncios de cursos de especialização no ensino superior, Edmar Gonçalves consta como membro do conselho de supervisão (JORNAL DO BRASIL, 08/01/1975, p. 21; 02/02/1975, p. 29).

Ao término do ano de 1975, Edmar Gonçalves tornou-se vice-reitor administrativo da Santa Úrsula, já reconhecida como universidade (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20/12/1975, p. 8). Silveira (2016) nos ajuda a pensar sobre a estreita relação do professor com essa instituição privada de ensino superior ao esclarecer que “os coronéis que davam aula na Escola Técnica davam aula na Santa Úrsula porque havia um convênio” (SILVEIRA, 2016, p. 14).

## Considerações finais

Em 1978, a ETF-CSF deixou de existir e se transformou oficialmente, por meio da Lei nº 6.545 de 30 de junho de 1978, em um Centro Federal de Educação Tecnológica. Contudo, Edmar Gonçalves permaneceu por mais uma década à frente da instituição. Renomeada, impactada e modificada pelas políticas públicas educacionais do regime civil-militar, que confundiram e misturaram diferentes concepções – como as de “ensino profissionalizante”, “educação tecnológica” e “ensino superior” –, a instituição foi levada a mudar profundamente o repertório de cursos oferecidos e o perfil do público atendido, apesar de sua tradição na formação profissional de nível secundário ou médio (BRANDÃO, 2009).

Se as narrativas dos sujeitos entrevistados, dos documentos arquivados e das reportagens dos jornais apresentados como fontes históricas para essa pesquisa de fato correspondem ao que ocorreu no período, não podemos saber com certeza. Porém, as controvérsias em torno das práticas do diretor-geral da ETF-CSF evidenciam a seletividade das memórias e um processo de negociação conciliatória entre memória coletiva e memórias individuais, além de evidenciarem intensas *batalhas de memórias* (POLLAK, 1989).

Aliás, no trabalho com as diversas fontes, percebemos indícios de que processos de *enquadramentos da memória* (POLLAK, 1989; 1992) foram agenciados pelo então diretor da ETF-CSF. Por exemplo, por meio de seu constante monitoramento da imprensa, notamos que as notícias sobre a instituição não poderiam tratar de quaisquer assuntos sem correr o risco de represálias. Havia um notório interesse de manipular a opinião pública sobre a escola por meio das representações da instituição nos jornais de grande circulação, que têm a capacidade de persuadir seus leitores (CAMPOS, 2012).

É interessante observar como a imagem do professor era sempre veiculada de modo elogioso na grande imprensa – como se as percepções sobre ele e suas ações como gestor fossem sempre positivas e consensuais – e a potência com a qual defendia nos jornais a idoneidade da instituição que comandava. Além da censura, que controlava o que poderia

ser exposto nos jornais, notamos que o próprio Edmar Gonçalves também fiscalizava as informações noticiadas na mídia sobre a ETF-CSF de modo a prevenir que seu trabalho fosse afetado pelo descrédito. Nesse ponto, é valioso notar as disputas para definir quais narrativas serão lembradas, preservadas e divulgadas de tal modo que os processos seletivos da memória, dependendo de como são operados, podem se tornar armas políticas (ARAUJO E SANTOS, 2007).

Vimos também que, enquanto intelectual, as diferentes posições de prestígio social ocupadas por Edmar Gonçalves o autorizavam a atuar em prol de determinados projetos enquanto agente político e coletivo, realizando mediações culturais entre a sociedade e os condicionantes socioeconômicos (VIEIRA, 2015). Como intelectual e, portanto, indivíduo inseridos nos jogos de relações de poder, apresentamos de modo mais específico o então diretor da ETF-CSF debatendo sua relação com diferentes personagens e espaços importantes na maquinaria do poder ditatorial.

Por fim, a partir do exercício historiográfico aqui apresentado, almejamos oferecer uma contribuição para os estudos históricos que se ocupam de continuamente reescrever as narrativas sobre a educação brasileira ao longo da ditadura civil-militar considerando as *memórias subterrâneas* (POLLAK, 1989). Contudo, prossegue o desafio de se trabalhar com memórias tornadas silenciadas, proibidas ou confidenciais por processos de transmissão, preservação e disputa de lembranças expondo intencionalidades nas manipulações e em seus apagamentos. Como escrever outras histórias lidando com memórias indizíveis, contidas, que podem macular a reputação de determinados sujeitos, grupos sociais ou instituições? Essa questão, apontada por Lopes (2007), permanece colocada atualmente e ainda não tem resposta definitiva.

## Referências

- ARAUJO, M. P. N.; SANTOS, M. S. História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 79, 2007, p. 95-111.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, 2003, p. 183-191.
- BRANDÃO, M. CEFET Celso Suckow e algumas transformações históricas na formação profissional. *Trabalho Necessário*, v. 7, 2009, p.1-22.
- \_\_\_\_\_. O curso de Engenharia de Operação (anos 1960 - 1970) e sua relação com a criação dos CEFETs. *Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica*, v. 2, 2009a, p. 55-77.
- CAMPOS, R. D. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, n. 1, 2012, p. 45-70.
- CARDOSO, T. F. L. A Formação Docente na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*, Rio de Janeiro, 2000.
- CORREIA, V. L. S. *Entrevista concedida ao autor em 20 de julho de 2016*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

CUNHA, L. A. Os Estudos de Problemas Brasileiros na UFRJ: aproximações institucionais. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 7, 2012, p. 193.

\_\_\_\_\_. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. *Cadernos de Pesquisa*. V. 44, n. 154, 2014, p. 912-933.

\_\_\_\_\_. O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 35, 2014a, p. 357-377.

CUNHA, L. A.; FALCÃO, L. Q. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). *Revista Contemporânea de Educação*, v. 3, 2009, p. 148-173.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. *O golpe na educação*. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2002.

DELGADO, L. A. N. *História Oral*: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DIAS, D. O. *Estudo Documentário e Histórico sobre a Escola Técnica Federal “Celso Suckow da Fonseca”*. Rio de Janeiro: CEFET-RJ, 1973.

DOU. Diário Oficial da União. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/>>. Acesso em: jan.-mar. 2017.

DUBAR, C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, v. 19, n. 62, 1998.

ETF-CSF. *Ofício nº 512, de 17 de setembro de 1970*. Solicitava providências ao juizado de menores diante de reportagem veiculada no Jornal Última Hora em 04 de abril de 1970. 1970.

ETF-CSF. *Ofício nº 512, de 17 de setembro de 1970*. Solicitava errata ao diretor do Jornal Última Hora devido a equívoco em reportagem veiculada em 04 de abril de 1970, 1970a.

ETF-CSF. *Ofício nº 512, de 17 de setembro de 1970*. Solicitava providências ao diretor do Serviço de Segurança e Informação reclamando diante de reportagem veiculada no Jornal Última Hora em 04 de abril de 1970. 1970b.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fontes para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: \_\_\_\_\_. *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FERREIRA, M. M. *Verbete temático: Diário de Notícias (Rio de Janeiro)*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>>. Acesso em: abr. 2020.

FERREIRA, M. M.; MONTALVÃO, S. *Verbete temático: Jornal do Brasil*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>>. Acesso em: abr. 2020.

FONSECA, L. P. A construção visual do jornal do brasil na primeira metade do século XX. 214 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes & Design do Centro de Teologia e Ciências Humanas, 2008

FONTES, V. M. G. M. *Entrevista concedida ao autor em 20 de outubro de 2016*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal do Brasil, Diário de Notícias e Correio da Manhã pesquisados nos períodos 1960-1969 / 1970-1979*. Rio de Janeiro, RJ: Acervo da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, 2016. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 31 maio 2016.

LEAL, C. E. *Verbete temático: Correio da Manhã*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manca>>. Acesso em: abr. 2020.

LE GOFF, J. *Memória e História*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 167-199.

LOPES, S. M. C. N. Memórias em disputa: Anísio Teixeira e Lourenço Filho no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1935). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 14, 2007, p. 177-207.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, v. 1, 2008, p. 111-153.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. p. 103-130.

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História*. São Paulo (14), fev., 1997, p. 25-39.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. *Cadernos CEDES (Impresso)*, v. 28, 2008, p. 291-312.

SILVA, J. C. S.; LEMOS, D. C. A. A História da Educação e os desafios de investigar outros presentes: algumas aproximações. In: FERREIRA, M. S.; XAVIER, L.; CARVALHO, F. G. (org.). *História do Currículo e História da Educação: interfaces e diálogos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, v. 1, 2013, p. 61-86.

SILVEIRA, Z. S. *Entrevista concedida ao autor em 11 de outubro de 2016*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

SIRINELLI, J. F. A geração. In: FERREIRA, M. & AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 131-138.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: REMOND, R. (1996). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 2003, p. 231-269.

TEIXEIRA, J. C. G. *Entrevista concedida ao autor em 10 de outubro de 2016*. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

VIEIRA, C. E. Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 16, 2008, p. 63-85.

\_\_\_\_\_. Intelectuais e Educação. *Pensar a Educação em Revista*, v. 1, 2015, p. 1-23.

VIEIRA, M. P. A.; PEIXOTO, M. R. S.; KHOURY, Y. M. A. *A pesquisa em História*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2000.

Recebido em: 01/08/2019  
Aprovado em: 14/04/2020